

A QUESTÃO AMBIENTAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Edson dos Santos Dias

Professor Doutor em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
edias88@yahoo.com.br

RESUMO:

Este artigo reveste-se numa reflexão sobre as contradições que permeiam o desenvolvimento material na sociedade contemporânea, na qual setores que possuem a hegemonia política e econômica apontam a direção de um "progresso" que colide frontalmente com os limites físicos do planeta. Nesse sentido, uma suposta problemática ambiental-ecológica analisada de maneira isolada, desconsiderando as relações socioeconômicas mais amplas de constituição da sociedade moderna, torna-se insuficiente e apenas pontual.

PALAVRAS CHAVE: natureza, desenvolvimento, problemática ambiental-ecológica.

ABSTRACT

This article takes up a reflection on the contradictions that permeate the material development in contemporary society, in which sectors that have the political and economic hegemony point in the direction of "progress" that collides head-on with the physical limits of the planet. In this sense, an environmental-ecological problem supposedly analyzed in isolation, ignoring the broader socioeconomic relations constitution of modern society becomes insufficient and only punctual.

Key word: nature, development, environmental-ecological problem.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século passado problemáticas relacionadas aquilo que, genericamente, estamos denominando de “questão ambiental” foram elevadas (de maneira mais sistemática e intensiva) ao topo da agenda dos debates envolvendo propostas de desenvolvimento na sociedade contemporânea.

O contexto mencionado anteriormente nos estimula a buscar a reflexão sobre a própria concepção de natureza. A resposta para a pergunta sobre o que é natureza revela-se bastante complexa, pois se, num primeiro momento, parece razoável equacionar esta questão

respondendo tratar-se de tudo o que não é artificial, no sentido de transformado pelo homem, na verdade apenas arranhamos uma definição distante de ser satisfatória. Mesmo um conceito melhor elaborado sobre o que seja natureza vai depender de uma série de fatores intrínsecos ao momento histórico-cultural de quem responde, bem como de seus interesses de classe.

Determinada forma de perceber a natureza traduz-se na forma de se relacionar com ela, e o inverso também é verdadeiro. Cada forma de organização humano-societária tem correspondência direta no modo como o homem se relaciona com a natureza, resultando numa ação mais ou menos intensa sobre ela. Assim, também nossa concepção de natureza vai estar diretamente ligada a como interagimos com ela.

Moreira (1993, p. 14), após afirmar que todo período histórico é orientado pela concepção de natureza que melhor se vincula às necessidades de relação dos homens com o seu mundo, destaca que a concepção atual nasce relacionada ao projeto histórico da construção da base material do **capitalismo**.

Concordamos com o autor, pois consideramos que a relação entre sociedade ↔ natureza é historicamente mediada pelo trabalho – concebendo trabalho enquanto categoria ontológica, algo que está presente em todas as formas de organização social - condicionada pelas necessidades próprias de determinada fase de um certo modo de produção/reprodução das condições materiais e sociais de existência.

Essa análise, na qual o trabalho é a força social que permeia a relação homem ↔ natureza, baseia-se na seguinte passagem de Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. De frente com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1989, p. 202).

Procurando um entendimento maior sobre como o homem concebe a natureza em sua trajetória enquanto homem, que é resultado de sua relação (socialmente determinada) com essa natureza e, principalmente, de sua relação (produzida socialmente) com os outros homens, somos levados a uma incursão histórica sobre essa relação.

Na Antigüidade, o homem encontrava-se bem mais próximo e dependente do seu meio natural, por dispor de um arsenal técnico limitado para agir sobre esse meio. Nesse contexto, a natureza estava estreitamente ligada ao seu cotidiano, à sua forma de viver, de uma maneira quase indissociável do seu eu. Ele retirava da natureza a sobrevivência mais imediata, nela inspirava as suas religiões, seus mitos e emprestava suas emoções para os diversos elementos naturais. Assim, manifestações naturais eram comparadas a comportamentos humanos, concebendo-se uma natureza "irada" em certas ocasiões, "castigando" os povos ou dando mostras de "benevolência" e "generosidade", quando "cooperava" com a satisfação das necessidades das comunidades.

O projeto de modernidade representou uma ruptura com essa forma de concepção de natureza, assim como a busca de um distanciamento da visão predominantemente teológica de explicação do mundo que vigorou no período Medieval. O referido projeto caracterizou-se pelo emprego acentuado de métodos de investigação da natureza amparados em princípios de maior rigor e objetividade, e pelo desenvolvimento de instrumentos técnicos inovadores, prioritariamente voltados para o aumento da produção de mercadorias.

O modelo darwinista associado ao positivismo influenciou a visão de mundo do século XIX e mesmo do século XX. O positivismo teve uma ascendência muito grande nas ciências e na política e, por isso mesmo, na forma de os homens conceberem o mundo, persistindo ainda nos dias atuais. Isto não significou, no entanto, a ausência de vozes discordantes quanto a esse paradigma que procurava se edificar. Em 1848, a Europa, então em plena fase do capitalismo industrial, foi sacudida por manifestações populares no âmbito das quais os trabalhadores expressavam o seu descontentamento com a estrutura socioeconômica vigente, sendo marcadas pelo lançamento do famoso Manifesto do Partido Comunista, por Karl Marx e Friedrich Engels. Estes dois pensadores, além de ativa militância política ao lado da classe operária, legaram um arcabouço teórico com base no qual fizeram uma análise minuciosa, sob a perspectiva dos trabalhadores, do processo de edificação e funcionamento do capitalismo. Também manifestaram a defesa de um paradigma socialista de sociedade, na qual a classe proletária seria hegemônica, até o momento de sua superação, rumo a uma sociedade sem classes sociais.

As idéias marxistas acabariam por marcar, de forma definitiva, a política e as ciências sociais, principalmente no século XX, encontrando manifestações favoráveis e contestatórias até os nossos dias, tornando-se fonte de influência de alguns estudiosos e grupos

ambientalistas que vêem a possibilidade e necessidade de conciliar as demandas ecológicas e sociais sob a reivindicação de um outro paradigma de sociedade.

A partir da interpretação do pensamento marxista e marxiano, a natureza passa a ser observada por alguns pesquisadores sob outro enfoque, no que diz respeito à apropriação dela pelo homem. Nesse sentido, consideramos providencial a análise de Chasin, apontando que:

Marx rompe com a concepção excludente entre natureza e sociedade, pondo em primeiro plano o metabolismo humano-societário que as relaciona, no qual a primeira [natureza] se apresenta como plataforma natural, que a sociabilidade transforma sem cessar em sua auto-edificação cada vez mais puramente social, consumando o progressivo “afastamento das barreiras naturais”, que tipifica o auto-engendramento do ser humano, no sentido da presença necessária, mas não determinante da natureza na infinidade intensiva e extensiva dessa entificação. (CHASIN, 1995, p. 381).

Na contemporaneidade a natureza não possui uma dimensão determinante e, no processo de autoconstrução do homem, esse é cada vez mais ser social que natural, não obstante a manutenção de sua condição também natural.

Apesar de o homem, enquanto ser biológico, estar submetido a leis naturais, ele não se reduz à natureza, já que é dotado da capacidade de transformá-la de acordo com suas necessidades, através do trabalho. Nosso ponto de partida para a reflexão aqui abordada passa pelo entendimento da determinação social sobre as relações entre os homens - a compreensão da relação socialmente construída homem ⇔ homem leva à compreensão da relação sociedade ⇔ natureza. Nas palavras do próprio Marx:

[...] o carácter social é o carácter universal de todo o movimento; **assim como** a sociedade produz o **homem** enquanto **homem**, assim ela é por ele **produzida**. A actividade e o espírito são sociais tanto no conteúdo como na **origem**; são actividade **social** e espírito social. O significado **humano** da natureza só existe para o homem **social**, porque só neste caso é que a natureza surge como **laço** com o **homem**, como existência de si para os outros e dos outros para si, e ainda como elemento vital da realidade humana: só aqui se revela como **fundamento** da própria experiência **humana**. Só neste caso é que a existência **natural** do homem se tornou a sua existência **humana** e a natureza se tornou, para ele, humana. Por conseguinte, a **sociedade** constitui a união perfeita do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo integral do homem e o humanismo integral da natureza. (MARX, 1993b, p. 194-195, grifos do autor).

Quando desvendamos as relações sociais que interagem na sociedade, avançando para além da aparência ideologicamente construída, então podemos compreender melhor a própria natureza e propor caminhos viáveis para a elucidação de uma série de problemas ambientais ou, ao menos, encarar de modo mais lúcido as diversas implicações envolvidas nesses problemas.

O PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Evidentemente, desde o início da civilização, o homem, em sua relação com a natureza, altera-a, humanizando-a. No entanto, a espacialização atual, levando o homem a transformar em ecúmeno toda a superfície do planeta, permite falar em duas naturezas: uma natureza natural e outra natureza socializada. Nesta discussão, Milton Santos expõe o seguinte posicionamento:

Produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Pela produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural [...]. É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. (SANTOS, 1990, p. 163).

No atual estágio capitalista, as relações sociais e econômicas expandiram-se para todo o mundo, a partir de práticas hegemônicas que procuram padronizar ideias, hábitos, particularmente de consumo, e seu modo de produzir, segundo o qual o relacionamento do homem com a natureza atinge formas predatórias como nunca antes tinham sido observadas na história.

Assim, há muito tempo se difunde a ideia de que alguns dos "inconvenientes" que atingem a sociedade, utilizando um eufemismo para designar problemas sociais e ambientais sérios, são o "preço a ser pago para se entrar ou se manter em um mundo moderno".

O homem de hoje geralmente associa o moderno exclusivamente ao progresso material, ou seja, à descoberta de novos inventos, ao aperfeiçoamento das máquinas existentes (mesmo quando na verdade há uma mudança apenas de *design* - adicionando-se boa dose de publicidade sobre o produto maquiado), aos arranha-céus padronizados, enfim, à quantidade e

diversidade de bens materiais disponíveis para o consumo, revestidos de valorização simbólica indicativa de diferenciação social.

Com o avanço científico e tecnológico, foi constituído um arcabouço de conhecimentos e instrumentos técnicos que permitiram um domínio sem precedentes sobre a natureza, resultando em reformulações no modo de produção das condições materiais e sociais, com reflexos em todo o planeta. Essas mudanças não eram resultantes apenas do incremento de novas técnicas de produção em si, mas de toda uma transformação social, econômica, política e ideológica, baseada em princípios produtivistas e que demandavam a ampliação crescente do processo industrial.

De maneira embrionária no século XIX, e consolidada no século XX, a concepção de progresso econômico e social encontra-se estreitamente associada ao processo de industrialização de uma sociedade, que pode estar organizada na escala correspondente a uma determinada cidade, região ou nação.

Na avaliação de alguns pesquisadores consultados, como Gonçalves e Löwy, a concepção de que a ciência e a técnica (bases do produtivismo) revestiam-se como condição necessária para o progresso e a liberdade humana era predominante entre várias correntes políticas e ideológicas, prevalecendo mesmo nos programas de mudança radical das estruturas sociais. Para Gonçalves:

Todos, liberais e marxistas, apostavam que não havia saída [na busca de uma sociedade que possibilitasse a plena emancipação humana] fora do crescimento-desenvolvimento das forças produtivas. Nessa verdadeira identidade de contrários, o futuro radioso da humanidade estaria em algum ponto do tempo, do futuro. Para os marxistas, abreviado pela Revolução; para os social-democratas, paulatinamente, através das Reformas; para os liberais, pela educação, que garantiria a igualdade de oportunidades. (GONÇALVES, 1996, p. 41).

Essa passagem é ilustrativa da tendência predominante, entre diversos estudiosos e/ou militantes da questão ambientalista, de denunciar a super-valorização do papel do desenvolvimento das forças produtivas no pensamento marxista, o que representaria uma confiança irrestrita na industrialização, marcada pela necessidade sempre crescente do produtivismo e que subestimou, ou mesmo desconsiderou, as conseqüências ambientais do progresso resultante do desenvolvimento das forças produtivas.

Michel Löwy procura responder aos ecologistas que acusam Marx e Engels de produtivismo. Será que tal acusação é justificada? De acordo com Löwy, a resposta é simultaneamente sim e não:

Não, na medida em que, mais do que ninguém, foi Marx que denunciou a lógica capitalista da produção pela produção, a acumulação do capital, das riquezas e das mercadorias como objetivo em si. A própria idéia de socialismo – ao contrário de suas miseráveis contrafacções burocráticas – é a de uma produção de *valores de uso*, de bens necessários à satisfação de necessidades humanas. [...]

Sim, na medida em que se encontra, amiúde, em Marx ou Engels (e ainda no marxismo ulterior), uma tendência a fazer do “desenvolvimento das forças produtivas” o principal vetor do progresso, e uma postura pouco crítica para com a civilização industrial, principalmente, em sua relação destruidora para com o meio ambiente. (LÖWY, 1999, p. 93-94).

Desde o século XIX, o processo de industrialização, da forma como foi implementado, havia evidenciado sua capacidade de permitir a melhoria das condições materiais para aqueles que tinham acesso aos seus produtos, assim como, nesse processo de produção, a situação de insalubridade das cidades industriais inglesas denunciava, prematuramente, os problemas advindos de um processo de industrialização descontrolado e em larga escala, do ponto de vista ambiental e da dignidade humana.

Foi no século XX, contudo, que o desenvolvimento das forças produtivas, baseadas na industrialização, adquiriu um ritmo inusitado, em razão do aumento da produção de mercadorias, sua diversificação e ampliação em escala planetária, caracterizando mais fielmente aquilo que classificamos de produtivismo. Os EUA firmaram-se como protótipo de sociedade industrial capitalista, com destaque para a sua indústria produtora de automóveis e o estilo de vida e consumo que tem no carro particular seu ícone de representatividade.

O paradigma de desenvolvimento que se consolidou (ao menos aquele a que se aspira) desde então, no que concerne à produção e ao consumo, é o norte-americano. Aliás, é de interesse das empresas dos países centrais divulgarem esse modelo junto às demais nações, voltado tanto para a produção, considerando o capital investido em unidades fabris nos países periféricos, e mais ainda no consumo, pois é da lógica do capital procurar sempre ampliar o mercado consumidor, desde que esse demonstre ser solvável.

Após as turbulências políticas e econômicas do período referente à II Guerra Mundial, os países industriais capitalistas ingressaram numa fase de crescimento econômico que perdurou de 1950 até 1973. São os “trinta anos gloriosos”, quando o modelo industrial se

expandiu por todo o mundo. Como nos informa Hobsbawm (1995, p. 257): “A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes.”

Nesse momento do pós-guerra predominava uma visão amparada na possibilidade de um desenvolvimento da industrialização, associado ao crescimento da economia, de forma continuada. Eram poucos aqueles que então denunciavam as conseqüências ambientais de tal modelo de industrialização. No entendimento de Löwy, mesmo atualmente, o movimento operário tradicional na Europa (sindicatos, partidos social-democratas e comunistas) continua sendo profundamente marcado pela ideologia do “progresso” e pelo produtivismo. (LÖWY, 1999, p. 99).

Para Hobsbawm (1995, p. 257), durante a “Era de Ouro” – décadas de 1950 e 1960 -, a deterioração ecológica despertou pouca atenção porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade.

Acreditava-se que o desenvolvimento tecnológico/industrial levaria à eliminação da miséria e da degradação humana. Assim, pode-se afirmar que havia uma associação direta entre desenvolvimento das forças produtivas e progresso social. Essa concepção, orientada pela crença na industrialização como vetor principal de progresso rumo à sociedade de bem-estar, representada pelos países mais avançados nesse processo e, muitas vezes, levada à forma de axioma incontestado, era compartilhada tanto pelo pensamento liberal como pelos regimes de socialismo planejado. Conforme nossa avaliação, o equívoco não está na associação mencionada anteriormente, até porque acreditamos que o processo de emancipação do homem mantém vínculos diretos e indispensáveis com o desenvolvimento de suas condições materiais de existência, o problema está na exigência do modelo de industrialização/ciência e tecnologia ser moldado a uma lógica que é a do capital, e não do interesse propriamente humano.

A constatação apresentada anteriormente nos leva a uma afirmação categórica - não é suficiente criticar o estilo de vida ligado às atuais formas de produção e consumo, mas, sim, criticar o próprio modo de produção hegemônico. Pelas características inerentes ao capitalismo, a natureza e a força de trabalho do homem são transformadas em mercadorias

que necessitam ser exploradas e convertidas em lucro, sendo que o valor de troca acaba por subordinar o valor de uso das mercadorias. De acordo com Marx:

Tôdas as mercadorias são não-valôres-de-uso, para os proprietários, e valôres-de-uso para os não-proprietários. Tôdas têm, portanto, de mudar de mãos. Mas, essa mudança de mãos constitui sua troca, e sua troca as relaciona umas com as outras como valôres e realiza-as como valôres. As mercadorias têm de realizar-se como valôres, antes de poderem realizar-se como valôres-de-uso. (MARX, 1989, p. 96).

Como escreve Mézáros (2002, p. 660): “O capital não trata meramente como separados *valor-de-uso* (que corresponde diretamente à necessidade) e *valor-de-troca*, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último.” [grifos do autor] Em razão disso, hoje, mais do que nunca, a satisfação das necessidades humanas é direcionada para um mercado no qual o consumo acelerado de mercadorias possibilite o maior lucro, levando parcelas consideráveis da população dos países desenvolvidos e as classes sociais privilegiadas dos países subdesenvolvidos a um tipo de consumo rápido. Assim, carros, computadores, móveis e uma infinidade de outras mercadorias, para os padrões acelerados de consumo, tornam-se "ultrapassadas" em pouco tempo. Temos então a sociedade do descartável, que dispensa prematuramente muitas mercadorias antes enquadradas como bens duráveis.

É preciso ressaltar que esses objetos materializam-se através de recursos retirados da natureza e de trabalho humano, tornados obsoletos no prazo mais exíguo possível, para alimentar a cadeia de novos consumos, num processo de retroalimentação contínuo necessário ao capital.

A velocidade que vem tomando a degradação ambiental evidencia que os padrões de consumo e produção predominantes em países de economia consolidada, como os EUA, ou com expressivo crescimento econômico, como a China, expõem seus limites em relação aos próprios recursos naturais disponíveis. A inviabilidade da expansão ilimitada do atual modelo de produção e consumo de mercadorias é reconhecida por amplos setores da sociedade, no entanto a sua crítica, quando ocorre, geralmente fica restrita até onde pode avançar sem expor a superação da lógica do capital enquanto caminho necessário para uma mudança nas condições sociais e ambientais que se completam de maneira indissociável. Mézáros resume muito adequadamente o contexto mencionado anteriormente.

...a adoção generalizada [por parte dos países subdesenvolvidos] da utilização predatória dos limitados recursos de nosso planeta – já enormemente prejudicial, embora hoje praticada apenas por uma minúscula minoria privilegiada – faria todo o sistema desmoronar instantaneamente. A esse respeito, basta pensar na tremenda discrepância entre o tamanho da população dos Estados Unidos – menos de *5 por cento* da população mundial – e seu consumo de *25 por cento* do total de recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para se ter uma idéia do que aconteceria se os outros 95 por cento adotassem o mesmo padrão de consumo e tentassem retirar *dezenove vezes 25 por cento* dos restantes 75 por cento. (MÉSZÁROS, 2002, p. 40, grifos do autor)

Mesmo considerando que a nossa sociedade é fundamentada na diferenciação social geradora de níveis de inclusão muito diversos (em especial nos países pobres) no mercado de consumo, deve-se levar em conta as contradições que envolvem o atual modo de produção capitalista. Com a “produção em escala” aumenta o número de produtos disponíveis, bem como se deve considerar o alto nível de consumo de determinados segmentos sociais.

O ritmo acelerado de consumo por parte de restritas classes sociais é singular em nossa história e revela-se, em última análise, em extrema exploração dos recursos naturais, chegando a tal ponto que muitos grupos começam a se organizar, tendo como bandeira a defesa do meio ambiente.

Entre as tendências de prioridades que demandam reflexões e ações comuns ao homem moderno, nesse início do século XXI, vem se desenhando um quadro que reserva lugar privilegiado, ao menos no campo das intenções, à problemática relacionada ao nível de degradação e comprometimento do meio ambiente.

Manifestação evidente da importância adquirida pelo debate sobre o meio ambiente é a realização de encontros de caráter mundial entre lideranças políticas, cientistas e representantes de ONGs para discutir e tomar medidas saneadoras ou, ao menos, de redução dos problemas ambientais. Através de uma retrospectiva crítica desses encontros mencionados é fácil constatar que os seus resultados finais oscilam entre o contraditório, o pífio e, não raro, o retrocesso, vide as frustrações envolvendo a cúpula do clima em Copenhague – *United Nations Climate Change Conference* - realizada em dezembro de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática ambiental-ecológica continuará fortemente presente no século XXI, porém, mais do que nunca, precisará ser considerada articulada às questões políticas, sociais e

econômicas. Ou seja, o que representa essa problemática só pode ser suficientemente compreendido a partir da apreensão do significado da sobreposição das conquistas (ou não) sociais, no sentido material-econômico, e da busca da plena liberdade para o homem, estando, tanto uma questão quanto a outra, permeada por uma série de particularidades resultantes de múltiplas determinações, dificultando a aproximação do seu desvendamento.

Apesar dessas particularidades, consideramos que há determinações comuns que se consubstanciam na forma de organização humano-societária baseada predominantemente (ainda que ocorrendo de forma conflituosa e contraditória) na lógica do capital, a qual tem uma dimensão hegemônica, ao menos no mundo contemporâneo, interferindo em todas as formas de relações entre os homens.

Com isso pretendemos frisar que uma suposta problemática ambiental-ecológica analisada de maneira isolada, desconsiderando as relações socioeconômicas mais amplas de constituição da sociedade moderna, torna-se insuficiente. É preciso ponderar a partir do contexto mais amplo das interações sociais, priorizando o conhecimento da relação homem ⇔ homem, que se torna referência para uma aproximação do entendimento da relação sociedade ⇔ natureza e de seus desdobramentos.

REFERÊNCIAS

CHASIN, José. Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco J. S. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995. p. 335-537.

GONÇALVES, Carlos W. P. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre - AGB**. São Paulo, nº 11-12, ago. 1992/ago.1993, p. 9-76, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÖWY, Michael. De Marx ao ecossocialismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis (RJ): Vozes, 1999, p. 90-107.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Livro Primeiro, vol. I, 1989.

----- . **Manuscritos económico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993b.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo; Edit. Unicamp, 2002.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral.** A crise paradigmática do mundo moderno. Rio de Janeiro: COOAUTHOR, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, 1990.